

FINANÇAS PESSOAIS: UMA PESQUISA COM SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PÚBLICA FEDERAL

Taís da Rocha Sousa Jubini¹, José Mauro de Sousa Balbino² e Lucas Marin Bessa³

¹ graduada em administração pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Av. Ângelo Altoé, 888, Santa Cruz, Venda Nova do Imigrante, ES, taisjubini@gmail.com; ² Professor doutor, orientador da FAVENI, jmsbalbino@hotmail.com; ³ Professor, Mestre do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, R. Elizabete Perim, s/n - São Rafael, Venda Nova do Imigrante, ES, lucas.bessa@ifes.edu.br.

RESUMO- O estudo da educação financeira é de suma importância, pois não se trata apenas de gestão do dinheiro, mas também da importância da qualidade de vida que pode ser adquirida quando estes conceitos são utilizados. O presente trabalho tem como objetivo analisar o nível de conhecimento e a aplicabilidade sobre finanças pessoais de um grupo de servidores de uma Instituição de Ensino Pública Federal. Considerando que, em sua maioria, são indivíduos profissionalmente estáveis no cargo, o presente trabalho teve como proposta verificar se estes sabem como tomar decisões importantes quando se trata de finanças pessoais. Para conclusão deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo, onde os servidores responderam questionários e, através destes, pôde-se inferir que tanto a estabilidade no cargo, quanto à renda de cada servidor não estão diretamente ligados a uma saúde financeira estável.

PALAVRAS-CHAVE: Finanças Pessoais. Educação Financeira. Planejamento Financeiro.

ABSTRACT- The study of financial education is of paramount importance, since it is not only about money management, but also about the importance of the quality of life that can be acquired when these concepts are used. The present work aims to analyze the level of knowledge and applicability of a group of servers of a Federal Public Education Institution. Considering that, for the most part, they are professionally stable individuals in the position, the present work had as a proposal to verify if these know how to make important decisions when it comes to personal finances. For the conclusion of this work, a field survey was carried out, where the servers answered questionnaires and, through them, it was possible to infer that both the stability of the office and the income of each server are not directly linked to a stable financial health.

KEYWORD: Personal finances. Financial education. Financial planning.

1 INTRODUÇÃO

Uma das preocupações presente na pauta de interesse do governo, das instituições financeiras e das escolas, são os altos padrões de consumo da sociedade e o consequente endividamento das famílias, fatos que justificam a importância da educação financeira (WISNIEWSKI, 2011).

Ao longo da vida, as pessoas precisam tomar decisões e realizar escolhas financeiras que envolvem desde a propriedade ou não de um automóvel, o financiamento da faculdade, a aquisição a crédito ou à vista de itens como eletrodomésticos, até a aquisição da casa própria. Para a devida alocação de recursos, investimentos e tomada de crédito, as pessoas necessitam de informação e algum conhecimento financeiro denominado educação financeira (CAMPBELL, 2006; LUSARDI, 2007, *apud* MIRANDA, 2012).

O endividamento não atinge apenas as classes mais baixas da população ou aqueles que têm menos instrução. A “febre do consumismo” atinge todas as classes sociais uma vez que quanto maior o nível de renda, maiores são as oportunidades para contrair dívidas e maior o nível de consumo, incluindo os chamados “bens de luxo” (SANTOS, 2011).

Diante do consumo excessivo, muitos indivíduos contraem dívidas, comprometem uma parcela significativa de suas rendas, e, em muitos casos, acabam tornando-se inadimplentes, diante de seus compromissos financeiros. À luz desta concepção, endividados trabalham para quitar suas dívidas por terem pouca ou nenhuma habilidade de lidar com o dinheiro, por não se preocuparem em fazer um planejamento financeiro ou por motivos implícitos em razões sociais ou psicológicas. Muitos desses indivíduos conseguem retomar o equilíbrio de suas vidas, outros necessitam de ajuda e muitos terão que carregar o estigma de eternos endividados (FERREIRA, 2006).

Assim, compreende-se que o estudo da educação financeira é de suma importância, pois não se trata apenas de gestão do dinheiro, mas também da importância da qualidade de vida que pode ser adquirida junto a hábitos simples como controlar, poupar, investir e fazer escolhas que mantenham saudáveis as finanças do indivíduo (BRITO, et al., 2012).

Segundo Araújo e Pimenta de Souza (2012) há evidências que, para a maioria das pessoas, os problemas de dívidas são causados mais pela falta de educação financeira básica do que pela falta de renda.

A educação financeira ainda é pouco explorada no Brasil, sendo a literatura, na maioria das vezes, relacionada à gestão financeira pessoal restrita. O oferecimento de disciplinas correlatas ao tema em cursos regulares de colégios, faculdades e MBAs (*Master in Business Administration*) é praticamente inexistente (SOUSA; TORRALVO, 2003).

Considerando que foram encontrados poucos estudos sobre o tema Finanças Pessoais em relação aos servidores públicos, principalmente quando relacionado à estabilidade no cargo, este trabalho se propõe em conhecer um pouco mais sobre este grupo de indivíduos.

Mediante o pressuposto, eis a questão que norteia o presente trabalho: Qual o nível de conhecimento e aplicabilidade sobre Finanças Pessoais dos servidores de uma Instituição de Ensino Pública Federal?

A realização deste trabalho baseou-se em um grupo de servidores de uma Instituição de Ensino Pública Federal, localizada na cidade de Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo.

O objetivo geral desta pesquisa foi verificar o quanto esse grupo de servidores possui de conhecimento sobre Educação Financeira, e se conseguem aplicar estes conhecimentos para tomada de decisões importantes referentes às suas finanças pessoais.

Propôs-se como objetivos específicos para a pesquisa: verificar o nível de conhecimento financeiro dos servidores; analisar a proporção de servidores que estão preocupados com o seu futuro financeiro, bem como as formas de planejamento; avaliar o percentual de docentes e técnicos administrativos que investem parte de seus recursos financeiros e levantar informações acerca da necessidade de futuros projetos relacionados à Educação Financeira para os servidores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FINANÇAS PESSOAIS

Finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação dos conceitos financeiros pela família ou indivíduo nas suas decisões financeiras do cotidiano. As finanças pessoais levam em consideração os eventos financeiros de cada pessoa, bem como a fase da vida em que ele se encontra, a fim de auxiliá-la no seu planejamento financeiro (CHEROBIN; ESPEJO, 2010).

Cerbassi (2004) destaca que o planejamento das finanças pessoais está diretamente relacionado às características de organização, persistência e dedicação do indivíduo. Esse fator, para muitas pessoas, é o ponto mais difícil na organização financeira, uma vez que é necessário trabalhar com o monitoramento constante das receitas e despesas. Ainda, de acordo

com ele, a construção de um padrão de vida confortável não depende do que se ganha, mas sim da forma como se gasta sendo possível o acúmulo de riquezas mesmo não possuindo uma renda elevada.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A competitividade criada pelo crescimento econômico proporciona aos consumidores que recorrem ao mercado financeiro excessiva oferta de crédito e meios de pagamentos. Isso torna importante que os indivíduos estejam preparados para lidar com as situações cada vez mais complexas do mundo financeiro (LUCCI et al, 2006).

De acordo com a OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a Educação Financeira pode ser definida como processo pelo qual consumidores e investidores melhoraram seu conhecimento de produtos e conceitos financeiros e, através de informação, instrução e/ou aconselhamento claro, possam a desenvolver habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades neles envolvidos, e a partir disso fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e tomar outras medidas mais eficazes para melhorar a sua proteção financeira e bem estar.

Quando o indivíduo torna-se capaz de gerir seu dinheiro de forma harmoniosa com suas necessidades e capacidade econômica, a educação financeira é estabelecida. E, após conseguir saldar seus débitos e formar poupança, torna-se, então, possível fazer uso da gestão financeira ou planejamento financeiro pessoal (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

Assim, infere-se que os indivíduos com mais capacitação e com algum conhecimento financeiro podem realizar escolhas e tomar decisões financeiras mais conscientes. Sendo que escolhas financeiras incluem a aquisição de um imóvel, a tomada de um empréstimo, a poupança ou um investimento financeiro. Os sujeitos com mais capacitação e algum conhecimento podem fazer escolhas mais conscientes dentre os vários produtos financeiros existentes no mercado (CAMPBELL, 2006).

2.3 ENDIVIDAMENTO

O endividamento surge quando o indivíduo, ao necessitar de um recurso financeiro, contrai uma dívida com terceiros com prazo determinado para saldar o débito, quase sempre acrescido de encargos financeiros, ou seja, “constitui o saldo devedor de um agregado familiar” (MARQUES; FRADE, 2004).

Frente aos problemas para saldar seus débitos, os indivíduos se deparam com várias formas e fontes de crédito oferecidas pelo mercado. Claudino, Nunes e Silva (2009) descrevem como principais meios de pagamento à disposição o cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito imobiliário, crédito consignado, crédito produtivo (investimentos e capital de giro), hipotecas, empréstimos com agiotas, parentes e amigos.

Para Barbosa, Silva e Prado (2012), diferentes opções de pagamento facilitam cada vez mais os processos de compra, empréstimo e financiamento. Apesar de contribuírem para que as famílias se endividem, elas são alternativas criadas para facilitar a obtenção de recursos financeiros que aquecem a economia e agilizam as atividades mercantis existentes na sociedade.

2.4 ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Os indivíduos economicamente ativos da sociedade capitalista mundial, especialmente os de países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, provam dias de incertezas com relação ao mercado de trabalho e manutenção de seus empregos, posto que, mudanças no

cenário econômico, novas qualificações, exigências e tendências do mercado surgem antes que suas antecessoras cheguem a um estado de saturação. A estabilidade no emprego configura-se, em muitos casos, como base sobre a qual se pode planejar a vida, tanto sob aspecto profissional quanto pessoal, tornando-se, então, instrumento comum de aspiração (DINIZ et al, 2012.)

De acordo com a Emenda Constitucional nº 19, que modifica o artigo nº 41 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), temos:

São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa, classificada sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos como um estudo de caso, utilizando como instrumento para coleta dos dados um questionário, contendo 18 questões objetivas, com a finalidade de conhecer o perfil dos servidores públicos quanto a seus conhecimentos sobre finanças pessoais, avaliando o nível de conhecimento e a aplicabilidade destes conceitos em suas finanças.

Os questionários foram aplicados nos meses de abril e maio de 2016, aos servidores públicos de uma Instituição de ensino pública federal, localizada na cidade de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo.

Os servidores são classificados em dois grupos: Técnico Administrativo em Educação – TAE e Docentes, sendo que 87% deles responderam ao questionário aplicado.

Os servidores participantes desta pesquisa foram selecionados por possuírem uma média salarial relevante e que está de acordo com a finalidade do presente trabalho, além da estabilidade que o concurso público proporciona.

Os servidores são classificados em dois grupos: Técnico Administrativo em Educação – TAE e Docentes. O primeiro grupo contém 40 (quarenta) servidores e o segundo 60 (sessenta) entre efetivos e temporários. Vale ressaltar, que esta Instituição conta com os serviços de empresas terceirizadas de manutenção e segurança, que não participaram desta pesquisa. Considera-se que, por se tratar de uma Instituição Pública Federal, parte dos servidores são de cidades vizinhas e até mesmo de estados distantes do Espírito Santo, poucos são naturais de Venda Nova do Imigrante, resultando na migração de seus familiares para mais próximo, aumentando assim os gastos com moradia, transportes, educação entre outros.

Por se tratar de um município pequeno, com poucos estabelecimentos que exploram a venda de produtos alimentícios, por exemplo, a falta de concorrência impede a redução dos valores desses produtos.

A cidade de Venda Nova do Imigrante situa-se na Região Serrana do Espírito Santo, às margens da rodovia BR 262. A cidade foi criada em 10 de maio de 1988, através do Decreto Lei nº 4069 (de 06 de 05 de 1988), possui uma área de 188,9 km², compreendendo, além da sede, os Distritos de São João de Viçosa e Alto Caxixe além de outras 12 comunidades. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), possui aproximadamente 23.744 habitantes. Entre os municípios que fazem parte da região Serrana, tem-se: Afonso Cláudio; Brejetuba; Conceição do Castelo; Domingos Martins; Laranja da Terra; Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, no ano de 2005, a

cidade foi reconhecida como Capital Nacional do Agroturismo pela Abratur (Associação Brasileira de Turismo Rural), sendo que o município começou a desenvolver o Agroturismo em 1987. Sua economia gira em torno da agricultura, principalmente do café que compreende 90% das propriedades, além da produção de hortifrutigranjeiros e uma pecuária ascendente (VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

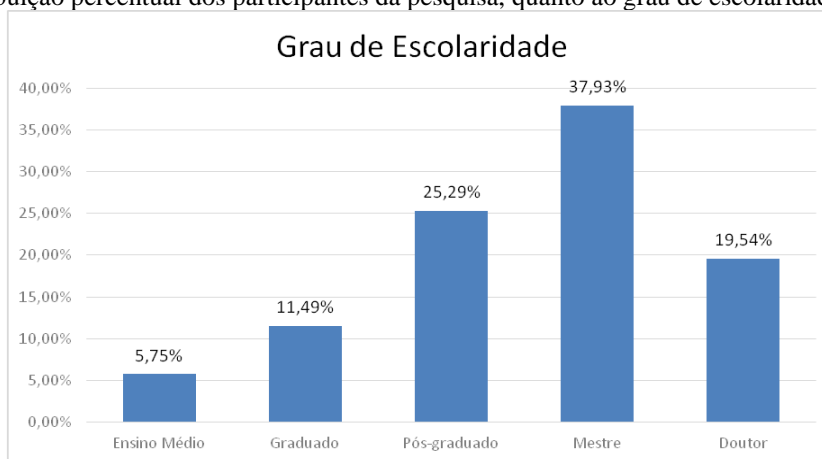
4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Considerando o perfil dos participantes da pesquisa quanto ao sexo, a maioria (55,2%) são do sexo masculino, estando a maioria dos servidores na faixa de 25 a 44 anos, sendo que 54% tem entre 25 e 34 anos e 31% tem entre 35 e 44 anos. Para os extremos de faixa etária 4,6% têm entre 18 e 24 anos, e apenas 2,3% acima de 55 anos.

Com relação ao estado civil cerca da metade (54,03%) dos participantes da pesquisa são casados ou vivem no regime de união estável. Enquanto isso, a outra metade é solteira ou divorciada.

No que se refere ao grau de escolaridade, cerca de 40% possuem mestrado, seguidos de aproximadamente 26% com especialização e 20% com doutorado (GRÁFICO 1).

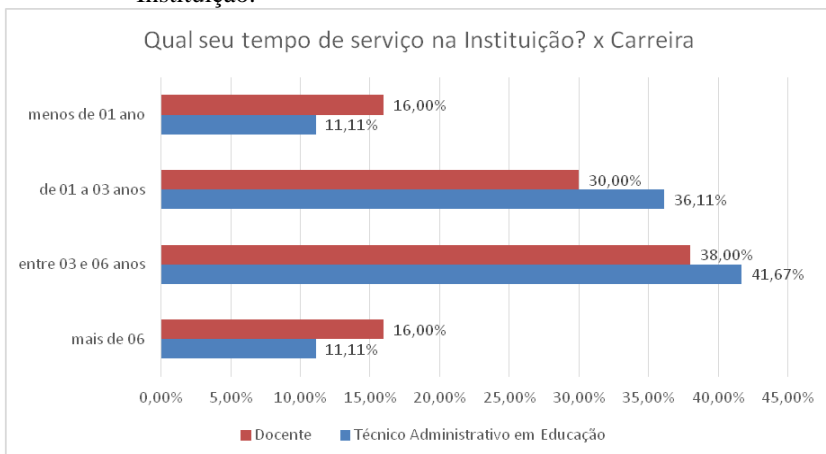
Gráfico 1: Distribuição percentual dos participantes da pesquisa, quanto ao grau de escolaridade.



Fonte: Autores

E ao se analisar o tempo de serviço prestado à Instituição, considerando-se o aspecto estabilidade, de acordo com a Lei 8.112/90, ou seja, após 03 anos de serviços prestados (BRASIL, 1990), percebe-se que 53% dos Técnicos Administrativos e 54% dos Docentes possuem a estabilidade (GRÁFICO 2).

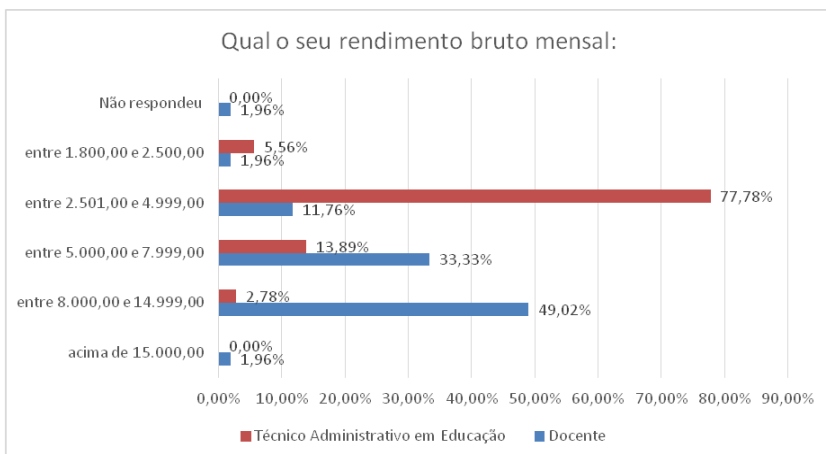
Gráfico 2: Percentual dos participantes da pesquisa, de acordo com a função e ao tempo de serviço na Instituição.



Fonte: Autores

Ao comparar o rendimento bruto mensal com as respectivas carreiras, nota-se uma diferença significativa em dois pontos. Um deles quanto aos rendimentos entre 8.000,00 e 14.999,00, onde 49,02% referem-se aos Docentes e cerca de 3% Técnicos Administrativos. Outro ponto é que quando relacionados aos rendimentos entre 2.501,00 e 4.999,00, aproximadamente 80% são Técnicos Administrativos e cerca de 12% refere-se aos Docentes (GRÁFICO 3).

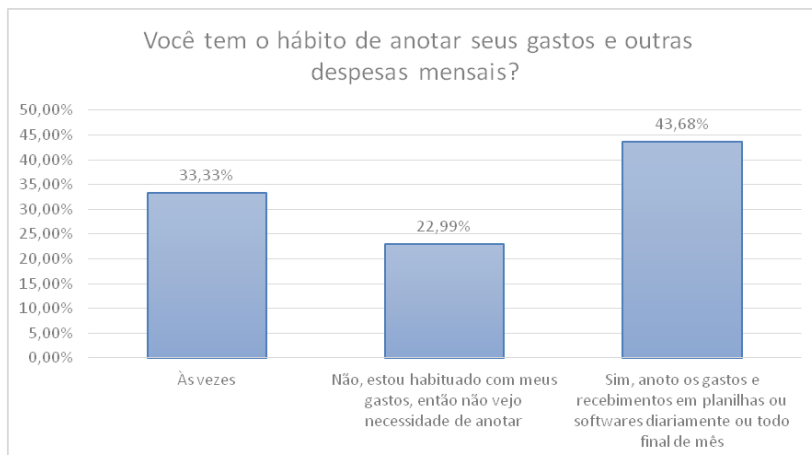
Gráfico 3: Percentual dos participantes da pesquisa, de acordo com a função e ao rendimento bruto mensal recebido do Instituto.



Fonte: Autores

Ao serem questionados se já haviam ouvido falar sobre Finanças Pessoais, 99% dos respondentes disseram que SIM. Entretanto, quando questionados se possuíam o cuidado de anotar suas despesas, mais de 50% dos pesquisados declararam que NÃO o fazem ou que fazem as anotações ocasionalmente. Enquanto, outros 43,68% responderam que tem o hábito de anotar os gastos (GRÁFICO 4).

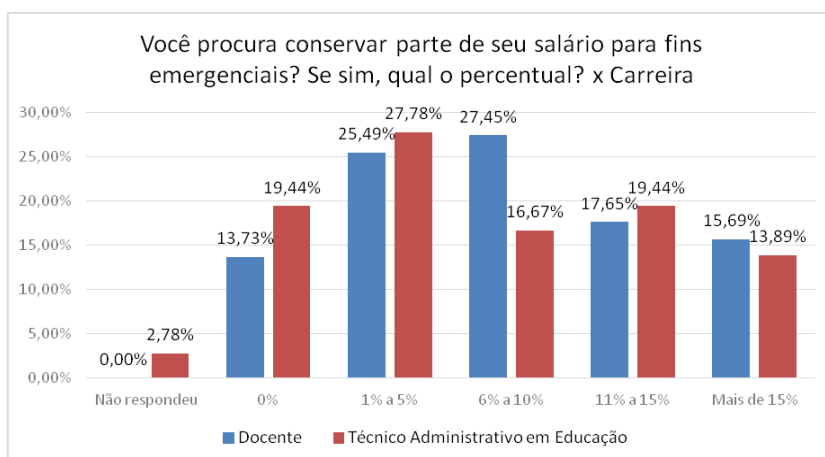
Gráfico 4: Distribuição percentual dos participantes da pesquisa, quanto ao hábito de anotar suas despesas mensais.



Fonte: Autores

Ao serem questionados sobre o hábito de conservar parte do seu salário para fins emergenciais, cerca de 40% dos Técnicos Administrativos responderam que guardam até 10% do que recebem para fins emergenciais contra 53% dos docentes. Sendo que há docentes (33,34%) e Técnicos Administrativos (33,33%) que buscam poupar até acima desse percentual. Por outro lado, cerca de 20% dos Técnicos Administrativos disseram que NÃO guardam qualquer parte do salário para fins emergenciais contra 13,73% dos Docentes (GRÁFICO 5).

Gráfico 5: Distribuição percentual dos participantes da pesquisa, quanto ao hábito de conservar parte do salário para fins emergenciais, separados entre as carreiras.



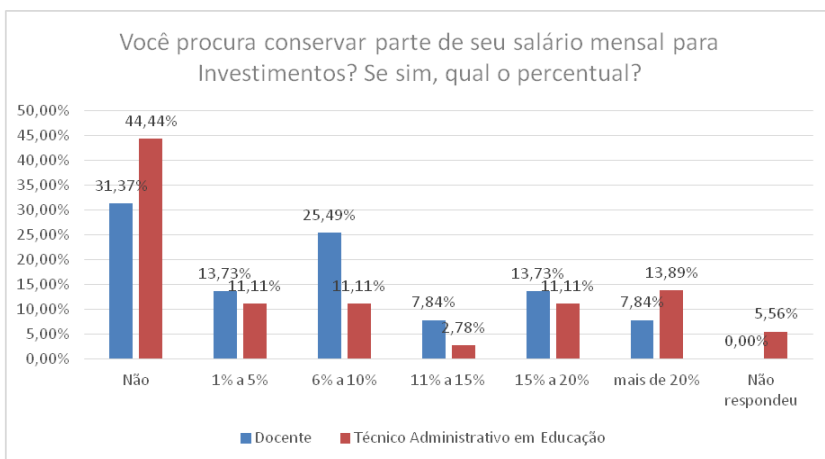
Fonte: Autores

Ao se separar para análise os servidores por carreira, têm-se que cerca de 45% dos Técnicos Administrativos e 31% dos Docentes disseram que NÃO separam parte do salário para fins de investimento. A maior discrepância ocorre na faixa entre 6% e 10% o que demonstra que os Docentes têm sua prioridade de investimento nessa faixa. Quanto aos Técnicos Administrativos que separam parte do salário para investimentos, o maior percentual

ficou entre mais de 20% (GRÁFICO 6).

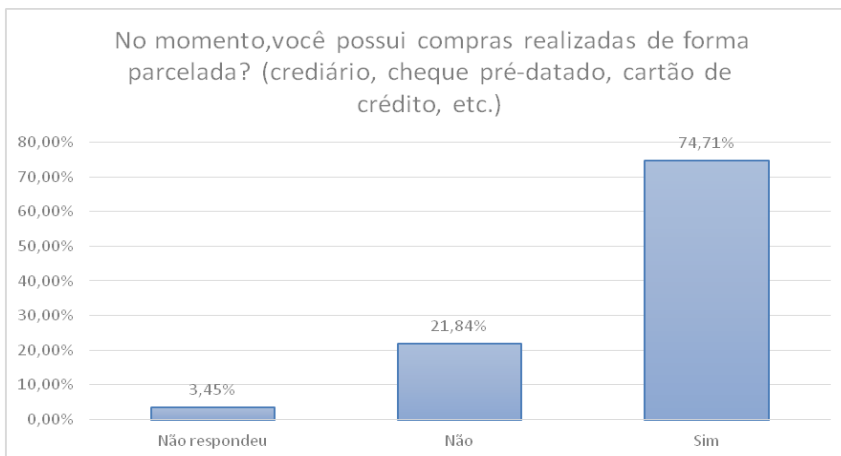
Quando a existência de compras realizadas de forma parcelada (uso do cartão de crédito, cheque pré-datado, crediário, etc.) pelo grupo, 74,71% dos pesquisados disseram que adotam esse procedimento e cerca de 22% disseram que NÃO adotam (GRÁFICO 7).

Gráfico 6: Distribuição percentual dos participantes da pesquisa, quanto ao hábito de conservar parte do salário para investimentos, separados entre as carreiras.



Fonte: Autores

Gráfico 7: Percentual dos participantes da pesquisa, quanto à realização compras de forma parcelada.

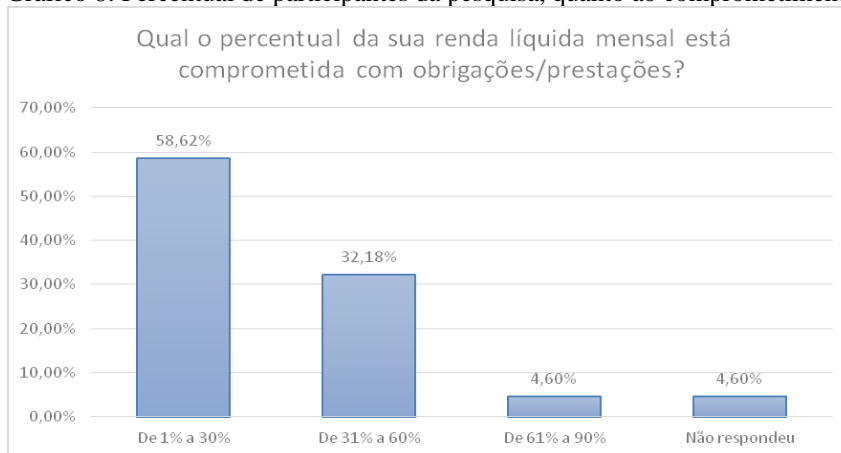


Fonte: Autores

Assim, ao se avaliar sobre o percentual de suas rendas que se encontram comprometidas, verificou-se que mais da metade dos respondentes relataram que estão endividados com valores entre 1% e 30% de sua renda líquida mensal e cerca de 32% disseram que estão com suas rendas comprometidas entre 31% e 60% (GRÁFICO 8).

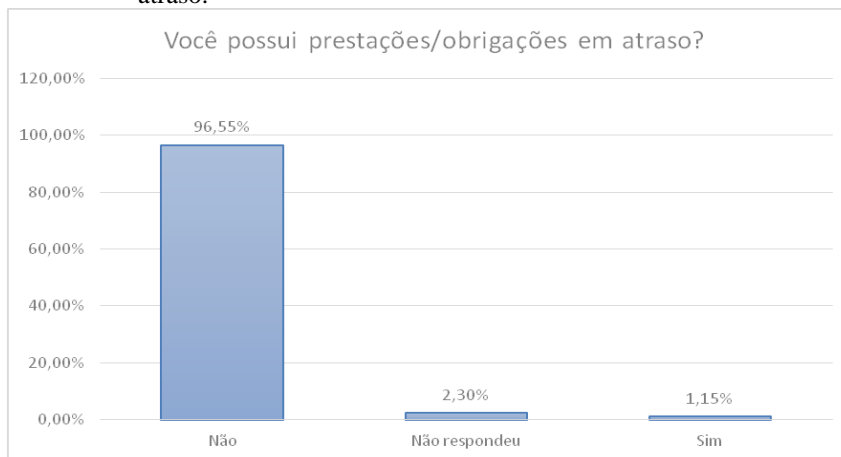
No entanto, mesmo com esse comprometimento da renda verifica-se que praticamente a totalidade desse grupo (96,5%) declararam que não possuíam alguma prestação/obrigação em atraso. Indicando, a princípio, uma gestão adequada quanto ao controle das finanças. (GRÁFICO 9).

Gráfico 8: Percentual de participantes da pesquisa, quanto ao comprometimento de sua renda líquida mensal.



Fonte: Autores

Gráfico 9: Percentual de participantes da pesquisa, quanto à existência ou não, de prestações/obrigações em atraso.



Fonte: Autores

Quando questionados sobre a hipótese de perda de todos os rendimentos mensais, 28% dos Técnicos Administrativos relatam que NÃO conseguiriam se manter nem por um mês sem a sua remuneração pelo salário recebido da Instituição. Da mesma forma relataram 22% dos Docentes.

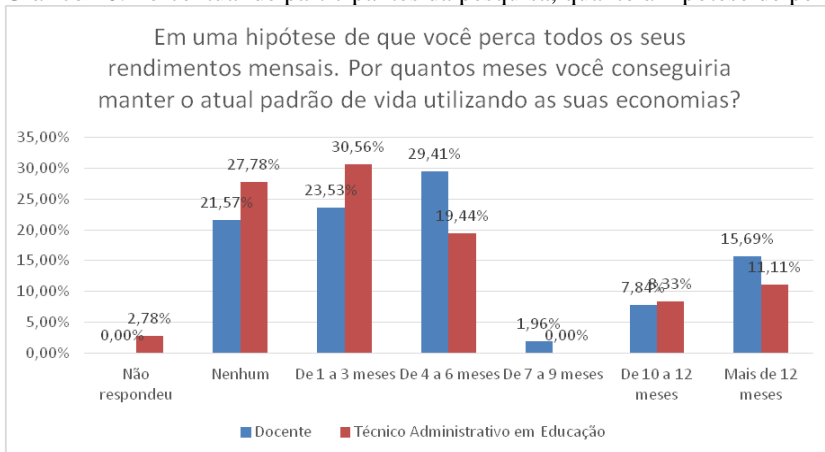
No entanto, mesmo para a hipótese de 1 a 3 meses, cerca de 31% dos Técnicos Administrativos e cerca de 24% dos Docentes declararam que conseguem se manter sem alteração do padrão de sua renda. E há ainda, mesmo para situações mais longas de prazo aqueles que acreditam que possam se manter com a hipótese da perda da renda mensal do salário. Nesse caso, nota-se uma aproximação das respostas por carreira, sendo cerca de 8% dos Docentes e 9% dos Técnicos Administrativos responderam que sobreviveriam entre 10 e 12 meses com suas economias e cerca de 16% dos Docentes contra cerca de 11% dos Técnicos Administrativos acreditam que sobreviveriam por mais de 12 meses (GRÁFICO 10).

Este questionário foi aplicado nos meses de abril e maio de 2016, momento este de grandes incertezas quanto à economia do país. Neste período, ocorreu a votação e aprovação sobre a abertura do processo de impeachment contra a Presidente da República Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), o que despertou certa preocupação em muitos destes

servidores.

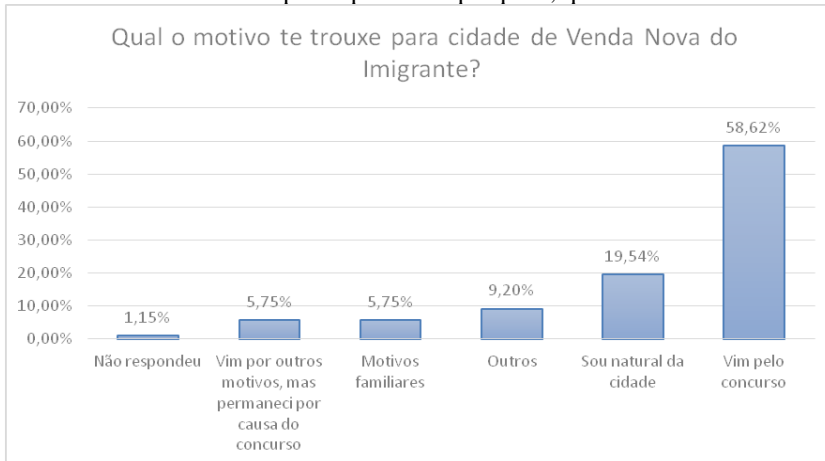
Quando perguntados sobre os motivos que os trouxeram para a cidade de Venda Nova do Imigrante, cerca de 60% responderam que vieram por terem sido aprovados no concurso para a Instituição e apenas 19,54% disseram que optaram pelo local do trabalho por serem oriundos da cidade (GRÁFICO 11).

Gráfico 10: Percentual de participantes da pesquisa, quanto à hipótese de perda de todo o seu rendimento mensal.



Fonte: Autores

Gráfico 11: Percentual de participantes da pesquisa, quanto à escolha da cidade.

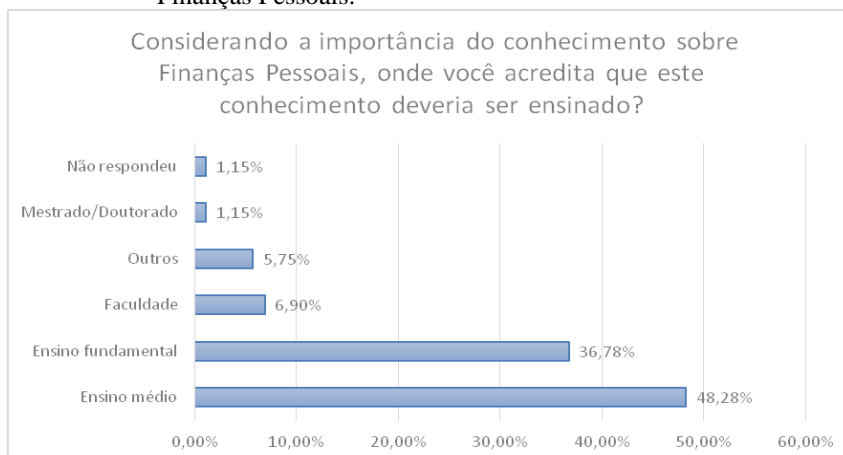


Fonte: Autores

Buscou-se analisar também qual era a percepção dos servidores dessa pesquisa, quanto ao momento que consideram que o ensinamento a respeito de finanças pessoais deveria ser aplicado. Nesse contexto, 48,28% disseram que deveria ser ensinado no Ensino Médio e aproximadamente 37% disseram que deveria ser desde o Ensino Fundamental (GRÁFICO 12). Portanto, o resultado pode levar a inferir o quanto as pessoas que participaram da pesquisa consideram complexo esse tema, que deve ser parte de uma formação em longo prazo e não quando os indivíduos passam a ter um emprego ou uma remuneração sob seu controle.

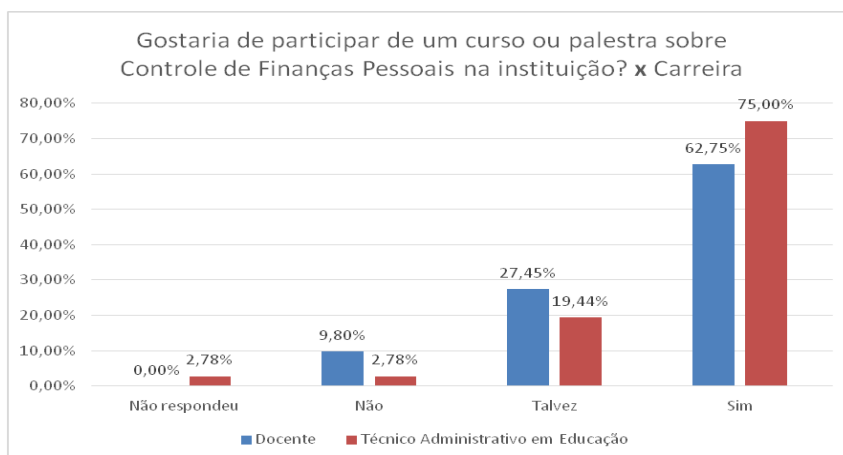
Complementando a questão sobre o aprendizado sobre finanças pessoais, os participantes da pesquisa foram questionados se gostariam de participar de um curso ou palestra sobre finanças pessoais. Nesse aspecto, percebe-se que houve um maior interesse dos Técnicos Administrativos em relação aos Docentes (GRÁFICO 13).

Gráfico 12: Percentual de participantes da pesquisa, quanto ao momento ideal para o conhecimento sobre Finanças Pessoais.



Fonte: Autores

Gráfico 13: Percentual de participantes da pesquisa, quanto ao interesse em curso ou palestra sobre Finanças Pessoais, separados entre as carreiras



Fonte: Autores

5 CONCLUSÃO

Conforme proposto neste estudo, foi analisado o grau de conhecimento e aplicabilidade sobre Finanças Pessoais dos servidores de uma Instituição de Ensino Pública Federal, localizada na cidade de Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo. Como objetivo complementar buscou-se analisar se a estabilidade e uma média salarial relevante podem ser parâmetros para uma vida financeira saudável.

Participaram desta pesquisa 87% dos servidores, proporcionando maior confiabilidade aos resultados obtidos. Após análise dos resultados, pode-se verificar que praticamente todos os servidores que participaram da pesquisa (99%) já ouviram falar sobre Finanças Pessoais, possuem um alto grau de escolaridade, sendo que cerca de 95% possuem, pelo menos, o ensino superior completo. No entanto, 56,32% dos pesquisados disseram que NÃO acompanham suas finanças com frequência.

Mais da metade (53,5%) dos servidores são estáveis no cargo, porém, grande parte não se preocupa em conservar uma parcela dos seus rendimentos mensais para fins emergenciais

ou para algum tipo de investimento. Quando o fazem, os valores destinados a esta finalidade ficam em torno de 10% de seus rendimentos. Com estes dados, pode-se inferir que, tanto a estabilidade no cargo, quanto à renda de cada servidor não estão diretamente ligados à uma saúde financeira equilibrada.

De uma forma geral, constatou-se que o nível de conhecimento e aplicabilidade sobre Educação Financeira destes servidores é insatisfatória.

Apenas 6,9% dos respondentes, relataram NÃO ter interesse em participar em cursos ou palestras com o tema relacionado a Finanças Pessoais, porém, quando analisados entre as carreiras, nota-se maior disposição de participar encontra-se entre os Técnicos Administrativos em Educação.

Os resultados apresentados neste trabalho são preliminares, portanto, para futuras pesquisas recomenda-se uma comparação entre os servidores lotados em outras instituições, podendo reafirmar, ou não, os resultados aqui encontrados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. A. L.; PIMENTA DE SOUZA, M. A. **Educação financeira para um Brasil sustentável – evidências da atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão.** Trabalhos para Discussão, Banco Central, 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BARBOSA, M. J. da S.; SILVA, M. A. da; PRADO, R. A. D. P. do. **Orçamento doméstico: sondagem de opinião do consumidor no Pontal do Triângulo.** IX CONVIBRA Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/inicio.asp?ev=109&lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2016.

BORTOLUZZI, D. *et al.* **Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014.** Erechim, RS. Dissertação. 2015. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. **Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. Lei 8112/90 de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRITO, L. *et al.* A importância da educação financeira nos contextos acadêmicos e profissional: um levantamento de dados com alunos Universitários. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9 – SEGeT. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015

CAMPBELL, J. Y. Household Finance. **The Journal of Finance**, v. 61, n. 4, p. 1553-1604. 2006.

CERBASSI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004. 176 p.

_____. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier. 2009. 187p.

CHEROBIM, A.P.M.S. e ESPEJO, M.M.S.B. **Finanças Pessoais: conhecer para enriquecer**. São Paulo: Atlas, 2010

CLAUDINO, L.P.; NUNES, M. B. e SILVA, F.C. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: XII SEMEAD. São Paulo. **Anais... SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO**, 9 – SEMEAD. FEA-USP. São Paulo, 2009. Disponível em <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 07 abr. de 2016.

DINIZ, T. et al. **Estabilidade no emprego e o comportamento do servidor público municipal**. Resende, RJ. Dissertação. 2012. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/1201677.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

ESPIRITO SANTO. Lei estadual nº 4.069 de 06 de maio de 1988. **Cria o Município de Venda Nova do Imigrante**. Disponível em: <http://www.conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2016.

FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: IOB Thomson, 2006. 160p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GLOBO.COM. **Processo de Impeachment de Dilma**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html>. Acesso em: 06 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO - IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320506>. Acesso em: 13 jun. 2016

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. Disponível em: <http://ifes.edu.br/>. Acesso em: 11 dez. 2015.

KIYOSAKI, R.T.; LECHTER, S.L. **Pai rico pai pobre**. 60. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 186 p.

LUCCI, C. *et al.* A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: **Seminário em Administração**, 9, 2006, São Paulo. Anais. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 11 maio 2016.

MARQUES, M. M. L.; FRADE, C. Regular o sobreendividamento. In: Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (org.). **Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas**. 85 Coimbra: Coimbra Editora, 2004. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/MMLM2003.pdf. Acesso em: 11 maio 2016.

- MIRANDA, C. **Educação financeira e a determinação da taxa de poupança**. Vitória, ES. Dissertação. 2012. Disponível em: http://www.fucape.br/public/producao_cientifica/2/MFC241%20Cleber%20Jos%C3%A9.pdf. Acesso em: 13 nov. 2015.
- OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: www.oecd.org/. Acesso em: 11 dez. 2015.
- RIBEIRO, A. B. **Perfil dos servidores da Universidade Federal do Espírito Santo**. Vitória, ES. Dissertação. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1359/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Anneliza%20Baptista.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- SANTOS, L. S. A importância da educação financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho. **Revista Científica Hermes**. vol. 8, p. 140-149, 2013, São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.fipen.edu.br/hermes1/index.php/hermes1/article/view/76/62>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- SANTOS, Z. **A importância da educação financeira**. Universidade Federal do Oeste do Pará, 2011. Disponível em: <http://www.lapmat.com.br/index.php/projetos/economia/artigos/1-a-importancia-da-educacao-financiera>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- SILVA, F. *et al.* **Planejamento financeiro: uma análise do perfil de servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais**. Uberlândia, MG. Dissertação. 2014. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140413144923.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- SOUSA, A. F.; TORRALVO C. F. **A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal**. IN VII SEMEAD, 2003. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN01-A_gest%3o_dos_pr%F3prios_recursos.PDF. Acesso em: 11 maio 2016.
- SOUSA, T. A. B. **Educação financeira: um estudo de caso com servidores do Banco Central**. Brasília, DF. 2013. Dissertação. Disponível em: <http://docplayer.com.br/4083578-Pro-reitoria-de-pos-graduacao-e-pesquisa-mba-em-administracao-financiera-trabalho-de-conclusao-de-curso.html>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- VENDA NOVA DO IMIGRANTE (ES). Prefeitura. 2013. Disponível em: <http://vendanova.es.gov.br/website/site/Historico.aspx>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**. Curitiba, a.6, n.12, p. 155-172. Disponível em: <http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/view/32/17>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- Recebido para publicação:** 01 de outubro de 2016
Aprovado: 30 de março de 2017